

Constituintes agora são réus

Juiz manda citar autores e beneficiários das medalhas

Porto Alegre — O presidente do Congresso Nacional, deputado Ulysses Guimarães e todos os outros 558 constituintes se tornaram réus a partir de hoje, com a determinação do juiz da 5ª Vara Federal, Luls Doria Furquim, para que sejam citados para se defenderem da ação popular movida pelo advogado gaúcho Antonio Beiriz. Ele pretende responsabilizar os autores e beneficiários da distribuição das 1.400 medalhas de ouro, prata e bronze que o Congresso deverá distribuir no dia seis de outubro a autoridades constituintes e colaboradores.

Ao dar a informação, o advogado Antonio Beiriz acrescentou que o juiz Doria Furquim mandou citar, além do presidente do Congresso, o diretor da Casa da Moeda do Brasil e o procurador da União, que devem contestar a ação 20 dias após serem citados. Paralelamente, o juiz oficiou ao diretor da Casa da Moeda para que informe a origem do ato administrativo da cunhagem das medalhas, quem determinou, custos da sua confecção e procedência do material empregado. Beiriz, ao frisar que o valor total das medalhas alcança a Cz\$ 49,7 milhões, disse que o metal precioso é reserva da União, patrimônio público e que os constituintes "já são privilegiados pelos eleitores para fazerem a Constituição, recebendo também vencimentos para isso". O advogado gaúcho havia ingressado inicialmente com uma cautelar, que visava o seqüestro das moedas e a suspensão de sua distribuição. Mas a juíza da 12ª Vara Federal, Tania Escobar, se declarou incompetente para julgar o pedido, arquivando-o.

O advogado, então, entrou com a ação principal, que na distribuição do foro, caiu na 5ª Vara Federal, cujo juiz Doria Furquim, aceitou a ação popular, mandando citar Ulysses, o diretor da Casa da Moeda e o procurador da República, em nome da União. Os outros 558 constituintes serão citados por edital, cabendo a todos contestar a ação popular também 20 dias após sua citação pela ação. A iniciativa da distribuição de medalhas é um abuso que não pode ser autorizado não havendo motivação legal para isso".

Para ministro, leis virão logo

O ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, acredita que a regulamentação da nova Carta será rápida e manterá a "fidelidade à vontade nacional". Ontem, na posse do ex-ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, como ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Aparecido elogiou o trabalho dos constituintes e o próprio processo constitucional, que permitiu a participação direta da população.

A participação popular, através de emendas e sugestões, foi fundamental. A nova constituição vai harmonizar democraticamente as instituições públicas e o Estado com a Nação — disse Aparecido.

MARCOS HENRIQUE



QL 10, Conj. 8, casa 3. Do Lago Sul, Archer comanda a escalada de Ulysses ao Planalto

Estréia hoje comitê de Ulysses para Planalto

O comitê eleitoral do candidato Ulysses Guimarães será inaugurado hoje, faltando praticamente um ano para a eleição do futuro presidente da República. Não haverá festa ou discursos, mas o coordenador da campanha, o ex-ministro Renato Archer, estará às 11h30m na mansão da QL-10, no Lago Sul, recebendo os jornalistas para uma entrevista coletiva onde ele divulgará o roteiro de viagens do deputado Ulysses Guimarães a partir de Goiânia, no próximo 7, quando sua candidatura à presidência será lançada pelo governador Henrique Santillo.

O deputado Ulysses Guimarães diz que não está fazendo a sua campanha, apenas a dos candidatos do PMDB às prefeituras. O ex-ministro Renato Archer garante que não é coordenador e, no comitê, as secretárias atendem ao telefone dizendo que é da residência do dr. Renato Archer. No

entanto, a campanha está nas ruas e toda uma equipe já trabalha para eleger o deputado Ulysses Guimarães.

A casa, na QL-10, conjunto 8, número 3, foi cedida pelo deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), um dos amigos de Ulysses. E ali que já estão se reunindo outros integrantes do PMDB, como os deputados Genebaldo Correa, Luiz Henrique e Cid Carvalho. O deputado Ulysses Guimarães vai contar também com a ajuda de outros antigos colaboradores como o economista Luciano Coutinho e o jurista Miguel Reale Júnior.

A campanha começa oficialmente por Goiânia onde o governador Henrique Santillo afirma que colocará 100 mil pessoas na praça, no próximo dia 7. A situação do candidato do PMDB à prefeitura, deputado Nion Albernaz, é bastante favorável e o governa-

dor Santillo quer aproveitar os bons ventos para lançar a candidatura de Ulysses. Após Goiânia, o deputado vai viajar, com uma agenda apertada, até o dia 14, quando substituirá o presidente Sarney. A campanha com a presença de Ulysses nos palanques será retomada somente no início de novembro.

Ontem, um dia após a onda de boatos sobre o seu falecimento, o presidente Ulysses Guimarães permaneceu em casa preparando discursos. Um deles ele proferirá no próximo domingo, em Porto Alegre, na abertura da XII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele está ocupado também com os preparativos para a festa da promulgação e, é claro, com a sua campanha. Uma das peças publicitárias da campanha do PMDB é a cartilha sobre a nova Constituição, impressa ontem em São Paulo.

Sindicatos querem direitos já

Os 46 advogados trabalhistas que desde às 8h de ontem estão reunidos no Centro de Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, em Luziânia, debatendo os dispositivos constitucionais relativos aos direitos dos trabalhadores, apresentarão amanhã, como resultado do encontro, um documento relacionando as questões mais urgentes e as suas possibilidades de encaminhamento. A reunião organizada pela CNTI, com o apoio das demais confederações, foi motivada pela necessidade de se definir como ficará o sindicalismo após a promulgação da Constituição.

Os resultados do evento que se encerra amanhã servirão de base de informação aos departamentos jurídicos das entidades sindicais de todo o País, oferecendo respostas aos questionamentos quanto às ações a serem tomadas diante da nova legislação traba-

lista. Além disto, os dirigentes das confederações apresentarão aos parlamentares o documento redigido pelos advogados, como subsídio à elaboração das leis complementares e ordinárias que irão regulamentar alguns dispositivos que não têm aplicação imediata.

O presidente da CNTI, José Calixto Ramos, aposta nos resultados positivos deste encontro, até para resolver questões que ele próprio não sabe agora como serão decididas. "Os processos que estão em tramitação no Ministério do Trabalho, relativos a enquadramento sindical, investidura sindical, extensão de base territorial e sindicatos já constituídos, ou conflitos eleitorais de pleitos já realizados ou ainda para decis-ao a ser julgada, como serão encaminhados", questiona Calixto. Ele tem dúvidas quanto ao andamento destes processos a partir do dia 5 de outubro e, inclu-

sive, se eles continuarão com o Ministério do Trabalho, já que a nova Constituição veda ao Poder Público a interferência ou a intervenção na organização sindical.

Os advogados se preocupam ainda com o tratamento que será dispensado pelo Poder Judiciário ao cumprimento dos dispositivos aprovados, já que não houve mudança substancial na estrutura deste poder. Entre os pontos discutidos na reunião, a possibilidade de eleição de um representante dos trabalhadores, em empresas com mais de 200 empregados, vem recebendo atenção especial nos debates. "É uma conquista importante", diz Calixto, "mas que precisa ser vigiada pelos sindicatos, para que a escolha deste representante não crie uma representação paralela". A sugestão até agora debatida é a de se realizar esta escolha com a participação direta dos sindicatos.

Só 53 não assinaram Carta ainda

Nessa quinta-feira de autógrafos, houve quem assinasse com sangue. A deputada Lúcia Vânia (PMDB/GO) cortou acidentalmente o dedo no papel que ficou manchado de pingos vermelhos e comentou com humor: "Vocês viram? Estou dando até meu sangue por essa Constituição". Ao todo foram 91 constituintes, atingindo o total de 535 nomes até as 19 horas, quando a Mesa encerrou os trabalhos do dia.

O secretário-geral da Constituinte, Paulo Affonso, pediu a seus funcionários que telefonassem a cada um dos restantes 53 deputados e senadores para lembrá-los que o prazo para assinaturas se encerra às 18 horas de domingo. Alguns como Felipe Chedde e Mário Bouchardet, campeões de ausência, já mandaram avisar sobre sua disposição, de não comparecerem ao Salão Negro do Congresso Nacional. Ninguém ficou surpreso.

Ao definir a nova Constituição, o senador Carlos Chiarelli disse: "Ela é renovadora, sem ser revolucionária, é liberal e progressista porque privilegia o cidadão e não o governo, destaca o indivíduo em detrimento do Estado. Seus maiores avanços estão no capítulo dos direitos individuais e coletivos, onde surgiu figuras como o contribuinte, o consumidor, nunca antes contemplados numa Constituição brasileira. Será, porém, a convivência entre Carta e sociedade que mostrará suas qualidades e defeitos".

Segundo Chiarelli, a grande frustração foi a derrota do parlamentarismo. "Ganhamos três batalhas, mas perdemos a mais importante e decisiva. De qualquer forma, valeu pela conscientização da sociedade brasileira em relação ao tema. Vamos continuar a luta", disse, mostrando-se disposto a iniciar, imediatamente, a elaboração das leis complementares e ordinárias, em especial as necessárias para consolidar as novas prerrogativas do Congresso, indispensáveis para assegurar o equilíbrio "saudável" entre os poderes.

Ontem houve um pouco de tudo no Congresso, até mesmo um "desorientado" como Paulo Marques (PFL/PE) que perguntava pelos corredores: "Onde fica mesmo o Salão Negro?". Antonio Câmara (PMDB/RN) compareceu com muitos familiares e assessores e fez questão de assinar cada uma das dez cópias com uma caneta emprestada de seus convidados, instituindo a figura do "padrinho ou madrinha" de cada caderno.

Joaquim Francisco (PFL/PE) obrigou a equipe responsável pelos trabalhos a fazer um plantão extra até as 22 horas de quarta-feira, alegando ser este seu único horário disponível para vir do Recife a Brasília em jatinho particular. Os funcionários se viram forçados a fazer um rodízio extra entre as 18 e 22 horas, para atender sua reivindicação esdrúxula.

O senador Marco Maciel considerou o texto da Constituição bastante bom, se comparado com os sucessivos projetos. "Temo, porém, que a Carta seja efêmera, por nascer com data marcada para sua revisão, dentro de 5 anos. Por isso, ela não se reveste de caráter duradouro.